

Ora, por se entender que, nesta fase, o inspector-geral da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações deve deter um perfil pessoal e profissional que permita atingir os objectivos pretendidos — para o que a experiência de funções inspectivas e de direcção são determinantes — entende-se fundamental aproveitar a experiência capacidade de liderança demonstradas pelo licenciado António Flores de Andrade.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 81-A/2007, de 31 de Julho, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado para exercer o cargo de inspector-geral da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, por razões de interesse público excepcional, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado António Flores de Andrade, aposentado.

2 — Encontra-se autorizado o exercício das funções referidas no número anterior, nos termos dos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação.

3 — A presente nomeação produz efeitos desde 18 de Julho de 2006, sendo mantida a comissão de serviço a partir de 1 de Agosto de 2007, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei n.º 2/2004.

14 de Novembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: António Flores de Andrade
Data de nascimento: 10 de Maio de 1938
Naturalidade: Soure

2 — Habilitações académicas — licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1968.

3 — Experiência profissional:

Inspector-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — desde 17 de Julho de 2000.

Administrador e membro da Comissão Executiva da BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., com o pelouro da exploração — de 1982 a 1987.

Embaixador de Portugal em Lusaka — de 1976 a 1981.

Co-fundador do semanário *Expresso* — em 1973.

Administrador das holdings e de várias empresas do Grupo Sousa Machado (Lisboa e Angola) — de 1969 a 1973.

Advogado em Lisboa e no Porto desde 1968.

Despacho n.º 27672/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril, aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT), que integra as atribuições anteriormente cometidas à Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais e ao Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, I. P., e as relativas a veículos e condutores que estavam cometidas à Direcção-Geral de Viação do Ministério da Administração;

Considerando que, nos termos do Despacho n.º 8353-A/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 9 de Maio de 2007, se procedeu à nomeação do Presidente e de dois vogais do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., importando agora, que se encontra concluído o processo de fusão das entidades supra referenciadas, proceder à nomeação dos restantes vogais do conselho directivo;

Assim, nos termos dos artigos 5.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril, n.º 3 do artigo 19.º e n.º 1 do artigo 20.º, da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, o Primeiro-Ministro e o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações decidem:

1.º Nomear vogal do conselho directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., a licenciada Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007;

2.º Nomear vogal do conselho directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., a licenciada Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2007.

14 de Novembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente
Data de nascimento: 10 de Novembro de 1953
Nacionalidade: portuguesa

2 — Formação académica — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (OGE) pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), concluída em 1985, com média final de 13 (treze) valores.

3 — Experiência profissional (resumo):

Vice-Presidente do conselho de administração da Portugal Vela 2007, S. A., empresa pública, que teve por objecto a organização e realização dos Campeonatos do Mundo de Vela Olímpica em 2007, desde Novembro de 2005;

Chefe de Gabinete na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, de Março a Julho 2005;

Subdirectora-geral na Direcção-Geral do Tesouro, tendo sob a sua responsabilidade as funções do Departamento de Intervenção Financeira do Estado, de Julho de 2001 a Março de 2005;

Adjunta na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, para a área do Sector Empresarial do Estado, de Outubro de 2000 a Julho de 2001;

Inspectora de Finanças Superior na Inspeção-geral de Finanças, na área do Sector Empresarial do Estado, de Setembro de 1991 a Outubro de 2000;

Inspectora Administrativa na Inspeção-geral da Administração do Território de 1988 a Setembro de 1991;

Técnica Superior no Ministério das Finanças e do Plano, no Departamento Central de Planeamento e na Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional de 1985 a 1988;

Administrativa na Direcção-Geral de Viação, de 1974 a 1985;

4 — Cargos institucionais:

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia geral da Hidro Eléctrica de Cahora Bassa (2004/2007);

Membro do conselho consultivo do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, em representação do ministério das Finanças;

Membro do conselho consultivo do Instituto Nacional de Habitação (INH) em representação do ministério das Finanças;

Membro do conselho consultivo da RAVE — Rede de Alta Velocidade, S. A.;

Vogal não executivo do Conselho de administração do FRME, SGPS, S. A., em representação do Ministério das Finanças;

Vogal da Comissão de Fixação de Remunerações da REN, S. A.; RAVE, S. A.; e Metro do Mondego, S. A.;

5 — Actividades académicas:

De 1986 a 2001, docente no Instituto Superior de Novas Profissões (INP), nos cursos Superior de Turismo, Gestão de Empresas Turísticas e Assessoria onde leccionou as cadeiras de: Contabilidade Geral e Contabilidade Analítica.

Formadora no CITEFORMA e na COPRAI.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas
Data de nascimento: 2 de Janeiro de 1971
Nacionalidade: portuguesa
Casada, dois filhos.

2 — Formação académica:

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Licenciatura em Direito (1989-1994).

Institut Européen des Hautes Études Internationales (Nice, França): “Diplôme Européen des Hautes Études Internationales” e “Certificat des Études Supérieures des Communautés Européennes” (1994-1995).

Collège d'Europe (Bruges, Bélgica): LL.M — Master in European Community Law (1995-1996).

3 — Experiência profissional (resumo):

2007 (Setembro-Novembro): Colaboração com a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (Área: Transportes).

2005-2007: Assessora Jurídica no Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes, Eng.ª Ana Paula Mendes Vitorino (Despacho n.º 20.954/2005, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 4 de Outubro de 2005).

Nomeada para vários Grupos de Trabalho e Comissões Interministeriais no âmbito das suas funções, incluindo o Grupo de Trabalho de Coordenação da Presidência Portuguesa, Grupo de Trabalho para a Reforma da Tributação Automóvel, Comissão Interministerial para Acompanhamento do Transporte Rodoviário de Passageiros e Mercadorias, Grupo de Trabalho para a Reforma Institucional da Regulação nos Transportes Terrestres, Grupo de Trabalho responsável pela reestruturação do modelo das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto.

Responsável pelo acompanhamento do Processo Legislativo no Gabinete; acompanhamento das matérias da regulação (transportes), contratação pública, concessões e parcerias público-privadas, assuntos comunitários.

Participação activa nas reformas e reestruturações levadas a cabo no Gabinete, incluindo o Projecto de Implementação da Rede de Alta Velocidade, o Portugal Logístico, as Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário e as Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário.

1999-2005: Advogada Sénior no Departamento de Direito Público (Fiscal e Administrativo) da Rebelo de Sousa & Associados — Sociedade de Advogados / Simmons & Simmons Rebelo de Sousa

1997-1999: Advogada Estagiária da “F. Castelo Branco, P. Rebelo de Sousa & Associados — Grupo Legal Português A.E.I.E.”

1997-2000: Colaboração com a Sociedade de Consultoria “Engineering Water and Environment Ltd”, integrando várias missões conjuntas com a Comissão Europeia relacionadas com projectos co-financiados pelo Fundo de Coesão no Sector da Água.

1996-1997: Colaboração com a Comissão Europeia, integrando a Direcção-Geral XVI (Políticas Regionais/Fundo de Coesão), junto da Direcção-Geral E.2 (“Avaliação, Gestão e Supervisão dos Projectos e de outras acções: Espanha e Portugal”).

1995: Colaboração com a Delegação de Lisboa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (“ACNUR”/Lisboa).

4 — Trabalhos académicos e outras actividades:

Dissertação (Mémoire): “La politique d’Aménagement du Territoire au Portugal: des conditions et de la nécessité d’une décentralisation politique”, Institut Européen de Hautes Études Internationales, Nice, 1995.

Dissertação (Mémoire): “L’Influence des Réseaux Transeuropéens de Transport sur le Territoire portugais. L’implantation de la Grande Vitesse Ferroviaire”, Collège d’Europe, Bruges, 1996.

Formadora no Tribunal de Contas (2001, 2002, 2003): Cursos “Gestão Privada de Serviços Públicos”.

Oradora convidada em inúmeras conferências e seminários versando os temas da Fiscalidade, das Parecerias Público-Privadas, Project Finance e Gestão Privada de Serviços Públicos.

5 — Principais áreas:

Direito Comunitário (política de transportes, mercados públicos, políticas regionais, Fundos Estruturais/Fundo de Coesão).

Direito Administrativo e Regulação (concessões, gestão privada de serviços públicos, parcerias público-privadas, reestruturações sectoriais).

Direito Fiscal (planeamento fiscal internacional e doméstico, tributação do comércio electrónico, Imposto sobre o Valor Acrescentado, tributação das remunerações, tributação automóvel).

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 27673/2007

Elsa Cristina Tavares Dias
 Maria Teresa Roça Dias
 Ana Maria Carabina Ferreira
 Soraia Amélia Alice dos Santos Castanheira
 José Carlos Alves Tavares da Silva
 Sónia Maria Ferreira de Carvalho
 Maria de Fátima P. de Carvalho Vidal Alves
 Paula Cristina Leonor dos Santos Ferreira Machado
 Crisálida Conceição Antunes Varanda
 Paulo Jorge Dias Ferreira
 Paula Cristina Guerreiro Raposo Pereira
 Maria Paula Araújo de Sousa Marques
 José António Fernandes Silva

José Mário Dionísio Romana
 Ângela Maria Oliveira de Barros Cachulo
 Maria da Ressurreição Santiago Martins Ramos
 Maria da Natividade Henriques Lopes
 Fernanda Maria do Nascimento Francisco Viegas
 Isabel Maria da Conceição Francisco Alexandre Prata
 Ana Isabel Fazenda Nunes Lourenço Lopes
 Maria Delfina Carabina Ferreira Pires
 Carla Cristina dos Santos Costa E Silva Peixoto
 Rosa Maria Veríssimo Gonçalves Ribeiro
 Rute Isabel Costa Antunes
 Paulo Alexandre da Silva Seca Correia
 Carla Janette Inês de Lourdes Pires Magalhães Mendes
 Maria da Conceição Correia Justo Alexandre
 Fernanda Jovita de Vasconcelos Collison
 Lucinda Marques Gomes
 José Manuel de Sá
 Maria Irene Fernandes Pereira
 Maria Lucília Caetano Ferreira
 Maria Elizabete Pacheco
 Maria Clara de Gouveia Azevedo Mendes
 Maria Judite Nunes de Jesus Peseiro
 Alice Gomes da Silva Simão
 Beatriz Licínia Carvalho Lia Dimas
 Isabel de Jesus Pedro Roseiro Spencer Monteiro
 Maria Ferreira Antunes Azevedo
 Maria Helena Ferreira Simões Pessoa
 Carla Maria Velez de Sousa Pereira
 Olímpia Ferreira Tavares Coelho
 Domingos Pereira Cá
 José Manuel Barbosa de Oliveira
 Pedro Miguel da Silva Simões Bento
 Maria Georgette Marques Simões
 José Manuel Gonçalves Marques
 Maria João de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos
 Maria do Carmo Maricoto Correia
 Fernando Henrique da Silva Pulido
 Maria Manuela Dias dos Santos
 Maria Eugénia Júlio Alves Monteiro
 Hermínia Coelho Sorriha Machado — Assistentes Administrativos Principais do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo.

Despacho de 29 de Outubro de 2007, nomeando-os, por concurso, Assistentes Administrativos Especialistas do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 2007.

19 de Novembro de 2007. — A Directora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Rosa Batoréu*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho (extracto) n.º 27674/2007

Por despacho de 13 de Novembro de 2007, Jocelina Maria Ribeiro da Graça, técnica superior de 2ª classe, de nomeação definitiva do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa — Nomeada definitivamente, técnica superior de 1ª classe, do mesmo quadro de pessoal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, e alínea c) do artigo 114.º do Decreto-Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, sendo integrada no escalão 01, índice 460, da categoria de técnica superior de 1ª classe.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

13 de Novembro de 2007. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinetes dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais e da Administração Pública

Despacho n.º 27675/2007

O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais